

O papel social do jornalismo cívico e a interação midiática entre o jornalista e as minorias sociais¹

The social role of Civic Journalism and the media interaction between the journalist and the social minorities

Ricardo Duarte Gomes da Silva²

RESUMO: Os modos específicos de interação dos meios de comunicação com as diferentes minorias sociais e dos meios entre si permitem pensarmos na organização de uma teia de socialidade midiática capaz de fomentar uma microrrede de pequenos *media* integrados, estimuladores da conversação pelas mídias entre o jornalista e as pessoas em condição de vulnerabilidade na sociedade. Este artigo propõe mostrar o papel do jornalismo cívico nessa interação midiática na condição de espaço pré-político de discussões, capaz de influenciar instâncias de deliberação política na sociedade pela expressão e pela visibilidade de experiências afetivas das minorias sociais.

ABSTRACT: The specific modes of interaction between the media itself and with different social minorities allows us to think in the arrangement of a web of mediatic sociality able to foment a micro network of small integrated media, stimulator of the mediatic conversation between the journalist and the people in condition of vulnerability in society. This article proposes to show the role of Civic Journalism in this media interaction while pre-political space of discussions, able to influence decision-making bodies in society through the expression and visibility of affective experiences of social minorities.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo Cívico. Mídias alternativas. Conversações midiáticas.

KEYWORDS: Civic Journalism. Alternative media. Mediatic conversation.

I. INTRODUÇÃO

Pode o jornalismo cívico, praticado em uma microrrede integrada de pequenos meios de comunicação, auxiliar no fomento de questões pré-políticas sobre

1 Agradeço à prof.^a e pesquisadora Rousiley Maia, pelos conhecimentos que balizam esse artigo, adquiridos durante conversações sobre "comunicação e espaço público" no âmbito do PPGCOM/UFMG.

2 Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Viçosa. Doutorando em Comunicação e Sociabilidade Contemporânea pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: rduarte@ufv.br

grupos sociais minoritários na sociedade e, neste sentido, influenciar com as experiências afetivas dos sujeitos a pauta de discussões políticas em instâncias de deliberação? Através dessa microrrede – pequenas rádios regionais, jornais regionais e portais na internet ou programas específicos de rádio e tevê, impressos especializados e espaços virtuais direcionados ao tema – seguindo uma linha editorial específica voltada exclusivamente para as questões das minorias sociais, pode o jornalista se engajar na causa justa do grupo minoritário e estabelecer *socialidade midiática* com esse público em prol do reconhecimento dos problemas das pessoas do grupo?

Os grandes sistemas de comunicação e seus produtos – filmes, novelas, jornalísticos e programas de entretenimento – produzem sensibilidades nas pessoas mediante seus estereótipos, mas em torno de questões de interesse coletivo, fornecendo alguma visibilidade aos assuntos e ampliando o conhecimento sobre o mundo às nossas próprias experiências. Também os temas que circulam nos grandes portais da internet, filiados aos grandes grupos de mídia, exercem pressão e influência no espaço público de deliberação na sociedade. A partir da organizada disseminação de discussões pré-políticas, as telenovelas, por exemplo, alimentam a pauta dos espaços de decisão política na sociedade. A deliberação não se restringe aos argumentos racionais (MAIA, 2008), e diversos autores já sublinham a necessidade de as emoções entrarem no páreo no debate dos processos deliberativos sobre problemas públicos e coletivos (PAPERMAN, 1992; MANSBRIDGE, 1999; CHAMBERS, 2004).

Sem desacreditar na potência dos grandes sistemas de mídia na qualidade de formadores de um debate público, Maia (2008) explica os problemas que surgem do enquadramento dado pelo jornalismo de massa aos assuntos de interesse público:

Não são poucas as dúvidas a respeito da capacidade dos meios massivos para formar plataformas para o debate público. As empresas de comunicação estabelecem diversas relações de interesse com grupos de poder e setores do mercado, o que pode comprometer os parâmetros da comunicação democrática, ou seja, a independência, a responsabilidade e a correção da informação (MAIA, 2008, p. 95).

Sempre atuando de forma pouco mais independente, o cenário atual para os movimentos sociais requer a formação de uma microrrede integrada de pequenas rádios e jornais, portais de internet, blogs, redes sociais, iphones e tablets que estimulem a conversação midiática sobre os problemas das minorias sociais. No ambiente contemporâneo favorável à apropriação de diversas formas de comunicação e expressão, tal microrrede integrada de pequenos *media* se torna a forma preferencial da expressão dos problemas enfrentados pelos grupos afetados na sociedade.

A internet, em especial, possibilita a multiplicação dos recursos não so-

mente para consumo de notícias especializadas, mas igualmente para a expressão e a produção de informações, gerando um discurso próprio (PALCZEWSKI 2001; LANGMAN 2005; GOGGIN & NEWELL, 2003). Levando em consideração a convergência de mídias, o discurso próprio da web reverbera no jornal impresso, no programa de rádio e permite a circulação e a instauração de conversações midiáticas: do iphone para o rádio; do rádio de volta às redes sociais; do twitter para o facebook e deste para o jornal impresso; e do impresso para os blogs integrados repicando e voltando para o portal na internet. Essa teia de conversações permite a socialidade do jornalista com os públicos-alvo formar outros públicos, além de publicizar no bairro e na região discussões sobre os danos sofridos pelas minorias sociais.

Nos limites deste texto, não me cabe discutir a viabilidade da microrrede ou apresentar exemplos favoráveis a essa tese, pois a microrrede existe como potência. Todavia, resalto tão somente, e de forma modesta, que os diversos estudos aqui reunidos permitem apontar um cenário favorável ao papel social do jornalismo cívico e que também convoca jornalistas ativistas ao engajamento nas causas justas. Indo além, a razão de ser da microrrede integrada de pequenos meios de comunicação e informação seria atuar, assim como já fazem as grandes redes de comunicação, fomentando sensibilidades em um espaço pré-político organizado pela sistemática da conversação midiática sobre os danos sofridos pelas minorias sociais e o reconhecimento dos seus direitos, sendo capaz de influenciar com experiências afetivas a pauta de discussões políticas em instâncias de deliberação local (como os membros da câmara de vereadores, por exemplo).

2. SOBRE TEORIA DO JORNALISMO: DA TEORIA DA AÇÃO POLÍTICA AO JORNALISMO CÍVICO

Nos anos de 1960 e 1970, desenvolveu-se na prática e na teoria do jornalismo uma onda pela investigação assim como o interesse pela ideologia, estimulada pela problemática da linguagem: o signo seria considerado ideológico por Charles Sanders Peirce; para toda a linguagem existiria uma imagem criando um estatuto semiótico, segundo Roland Barthes; e, no dizer de Stuart Hall, tanto a linguagem quanto a imagem nela inseridas se inscreveriam na cultura dos grupos sociais. Assim surgiram as implicações políticas e sociais na atividade jornalística e o papel social das notícias, bem como a capacidade do jornalismo em contribuir para a teoria democrática.

Nos anos de 1970, o jornalismo se preocupa com a capacidade de ser o *quarto poder* e essa postura parcial em prol da sociedade produz ambiente propício ao surgimento dos *news bias studies* (estudos da parcialidade), que contribuem para conceitos canônicos no jornalismo. A objetividade e seu oposto, a parcialidade, foram conceitos associados pelos cidadãos norte-americanos ao papel do jornalismo, que impõe a postura parcial ao jornalista como “servidor do público” ou “cão de guarda da sociedade”. Esse papel de contrapoder, de “herói do sistema democrático”, funcionou até o tiro sair pela culatra, até o momento

em que interesses políticos puxaram a coleira do “cachorro”.

A subordinação da Imprensa aos interesses das elites políticas e econômicas tornou pública a imagem de uma “notícia-propaganda” sustentada pelo mercado. Tal imagem também reduziu a figura pública do jornalista e a imagem do jornalismo a meros instrumentos dos interesses econômicos e a simplórios executores de políticas privadas, enquanto as notícias foram encaradas como distorções sistemáticas da realidade (TRAQUINA, 2005).

De fato ainda existem, nos dias atuais, alguns casos de *framework publishing* em que a angulação e a abordagem da notícia dependem dos acontecimentos negativos ou não que afetam setores da sociedade aliados do grupo de mídia. Mas a herança problemática da teoria da ação política está na descrença da relativa autonomia do jornalista. Na contemporaneidade, o jornalista diplomado aprendeu nos cursos superiores de jornalismo que o produto jornalístico está sob seu controle e que ele pode injetar no conteúdo noticioso suas preferências políticas em prol do mínimo do interesse coletivo. Com as novas tecnologias da informação e da comunicação, bem como o avanço de um ambiente favorável à democracia, não há espaço para a crença defendida pela teoria da ação política de que existe nos grupos de *media* censores da classe capitalista responsáveis por tudo aquilo que vai ser publicado. Além do mais, essa perspectiva ignora a existência de regras próprias no campo da cultura cotidiana da prática jornalística, constituída ao longo de décadas na história das práticas dos profissionais jornalistas, que são alheias aos donos da mídia, muito vinculadas ao “ser jornalista” e que interfere sobremaneira no que vai ser publicado.

Traquina (2005) pergunta “qual o papel do jornalismo numa sociedade democrática?” e explica que a notícia se constrói hoje a partir de um campo complexo de negociação com diversas fontes e seus interesses distintos, uma esfera de consensos com os diversos setores da sociedade e com outros profissionais membros da comunidade interpretativa de jornalistas. Nesse campo aberto e relativamente democrático, os jornalistas nas Redações podem ser mobilizados pela pressão política também dos movimentos sociais, e essa relação com as diversas coletividades e os distintos interesses públicos define o jornalismo como um serviço em favor dos interesses coletivos.

O poder do jornalismo e dos jornalistas aponta para a importância das suas responsabilidades sociais. A afirmação do reconhecimento de suas responsabilidades, por parte dos jornalistas e também dos donos das empresas jornalísticas, não é possível reduzindo as notícias a uma simples mercadoria (TRAQUINA, 2005, p.208).

Nos últimos anos, nos EUA, vem surgindo um movimento de renovação chamado de *civic journalism* ou “jornalismo público” que no Brasil já foi confundido com a ideia do jornalismo “chapa branca” (jornalismo porta-voz do governo). A intenção do jornalismo cívico é o engajamento político do jornalista e seus públicos nos processos políticos e sociais, ou seja, os grupos sociais esti-

mulam jornalistas ao ativismo em prol das causas justas, retirando o jornalista de sua posição de mero espectador e anunciante das injustiças no mundo. Esse tipo de jornalismo parece ser diferente dos outros: o “jornalismo cidadão” tem seu conceito mais próximo do educacional praticado pelas empresas e organizações, enquanto o “jornalismo comunitário” tem seu conceito próximo daquilo que é produzido pelas classes populares, a partir de capacitações sobre jornalismo dado através de oficinas de bairro³.

O jornalismo cívico está na proposta de interação dos jornalistas, mas também dos grupos de *media*, que resolvem *adotar* – por vezes quando interessados na imagem pública do grupo empresarial – coberturas jornalísticas pelas causas públicas ou financiar reportagens neste sentido. Nos EUA, o jornalismo cívico sempre esteve associado a uma função de formação do eleitor e o estímulo ao voto consciente em candidatos que possam resolver os problemas das pessoas.

A mensagem essencial é *to get connected* com os leitores/ouvintes/telespectadores, com base na lógica de que um cidadão interessado na vida política é um cidadão interessado nas notícias. Baseado na convicção de que a chamada crise da democracia só pode ser resolvida pelo jornalismo, o movimento do jornalismo cívico entende que o jornalismo não pode oferecer apenas o que é interessante, mas, sobretudo, o que é importante para os cidadãos (TRAQUINA, 2005, p.210).

Como se sabe, são diversas as causas justas na sociedade brasileira em que o jornalista ativista no *civic journalism* pode se engajar: em defesa da mulher que sofre violência doméstica, contra o trabalho infantil doméstico, pela acessibilidade dos portadores de deficiência física, a favor das vítimas dos acidentes de trânsito, pelos moradores atingidos por barragens, a favor de vítimas de preconceitos raciais etc. Mas para que essa comunicação jornalista-público tenha continuidade no espaço público e resolva os problemas no cotidiano desses grupos sociais, faz-se necessário que tal relação tenha influência sobre as esferas de deliberação na sociedade em que vivem.

3 Em um editorial do jornal laboratório “Outro Olhar” dos estudantes de jornalismo da UFV, defendi a ideia de que o filtro do que é notícia no jornalismo público toma como base quatro critérios básicos. A ocorrência será notícia no jornalismo público se tiver relação com as políticas públicas em vigor; se o caso envolver questões sociais mais amplas; se o fato atingir o nível de engajamento político do jornalista às causas justas e públicas (o que vai influenciar na narrativa jornalística sobre o fato); e se o que aconteceu tem algum interesse voltado à pluralidade cultural, ou seja, mais espaço para culturas e estilos que estejam fora do “círculo vicioso da notícia” (perspectiva cunhada por Clóvis Rossi em *O que é jornalismo?*, coleção “Primeiros Passos”). Trata-se do oposto ao praticado no jornalismo comercial que define o que é notícia: primeiro com base nos interesses dos acionistas do grupo de *media*, segundo os interesses financeiros (lucro com a audiência e a venda), depois com base no engajamento do jornalista às ideias da empresa e, em seguida, levando em consideração os interesses mercadológicos relativos à cultura de massa (por exemplo, mais espaço dado aos grandes artistas do *showbusiness*).

3. O JORNALISMO CÍVICO E O RESPEITO COGNITIVO À EXPRESSÃO DOS GRUPOS NA SOCIEDADE CIVIL

O jornalista ativista das causas justas deve ter a consciência do *dano* sofrido pelo grupo minoritário, para aprender a dominar os códigos de expressão desses grupos na sociedade, na editorialização de um site, revista ou jornal, na elaboração do roteiro de um documentário ou no planejamento de locações, das imagens e dos entrevistados em uma série de reportagens na tevê. Para a reprodução da vida de sujeitos dos grupos minoritários pelas mídias, é necessário o estabelecimento de uma conversação midiática na direção do reconhecimento recíproco entre sujeitos pertencentes a uma mesma categoria e aqueles que sofreram o mesmo dano.

Honneth (2003) explica que é na relação dessas pessoas em seu grupo que se chega a uma autorrealização positiva na vida coletiva, na medida em que os sujeitos observam a perspectiva normativa de seus parceiros de interação e se reconhecem membros daquele grupo. O problema do dano começa com a perda da autonomia. Ao se ver no programa de televisão, uma criança vítima do trabalho infantil doméstico (TID), por exemplo, não se reconhece nas suas reais necessidades no cotidiano em que vive. Sem mostrar o rosto, a criança dá o depoimento na reportagem exibida pela matriz ou afiliada da emissora e por mais ampla que seja a matéria, ela acaba ali, ao final do telejornalístico. Em geral, a grande imprensa constrói conversações midiáticas no grupo de *media* em torno dos interesses da empresa no congresso nacional e não influencia de modo sistemático os poderes públicos estaduais e municipais a ponto de ganhar a pauta das instâncias de deliberação política regional a ponto, no caso, de restringir o TID na cidade e região⁴.

A ausência de autonomia nas discussões dos próprios problemas por parte de quem sofre o dano é o tributo que se paga quando não se usam as pequenas mídias como espaço de discussões pré-políticas com o objetivo de, ao menos, levantar a poeira dos problemas públicos à sociedade. Por outro lado, não existindo essa linha de força de conversações midiáticas para pautar questões como o TID, a violência contra a mulher, a prostituição infantil, pessoas com necessidades especiais, entre outros, surge o *desrespeito* implícito. Daí a importância do jornalista e do jornalismo nessa *interação cívica* nos pequenos *media*. Na discussão on-line e ao vivo no rádio, cotidianamente, os próprios problemas dos sujeitos afetados vão ganhando forma na sociedade, produzindo interpretações sobre a perda dessa autonomia de discussão sobre a situação que degrada o direito do outro que sofre o dano e não pode se expressar e compartilhar seus

⁴ Sobre o assunto, vide posteriormente o artigo ainda no prelo “Reconhecimento e Ideologia: o Trabalho Infantil Doméstico” das pesquisadoras Rousiley Maia (UFMG) e Danila Cal (UNAMA). Utilizando metodologia *ex post facto*, as autoras analisam casos de injustiça do trabalho infantil doméstico (TID) que ocorreram no ambiente íntimo e privado das casas de família, longe dos olhares públicos. O trabalho infantil é legalmente proibido no Brasil desde 1990.

problemas com a sociedade. Não se trata simplesmente de “dar voz ao outro”, mas sim de dar visibilidade sistemática.

O jornalismo comercial praticado pela grande imprensa propõe todos os dias a autor-realização positiva do indivíduo vinculada ao mercado econômico e financeiro, construindo uma ideia de felicidade vinculada ao consumo de bens, serviços e de imagens, como, por exemplo, a imagem de uma mulher sem defeitos estéticos, o totem da beleza. A ideia de felicidade nas mídias está nos assuntos eleitos pela pauta jornalística como a reprodução dos estereótipos, os investimentos narrativos à venda, a pressão sobre instâncias de deliberação, que contrasta com o Brasil, a sua heterogeneidade cultural e seus variados grupos sociais, bem como os inúmeros problemas de injustiça relativos à violência doméstica contra a mulher, ao assédio sexual no local de trabalho e nos espaços públicos. Questões de pouca visibilidade sistemática e escassa discussão cotidiana na grande imprensa especializada para o público feminino.

Tornar público o dano constitui o início da visibilidade do problema e de sua discussão com a sociedade. O espaço pré-político das conversações midiáticas busca disseminar uma cognição coletiva sobre o problema nos espaços de deliberação, tentando arrebanhar a simpatia de outros setores na sociedade com o objetivo de construir o respeito para quem sofreu o dano. Para Honneth (2003), faz-se necessário primeiro um reconhecimento ideológico que se fundamenta na autor-realização positiva de si mesmo no grupo, depois nas promessas críveis e em seguida na comparação da experiência vivida. Em potência, isso está nessa microrrede integrada de pequenas mídias em busca do fomento da conversação midiática.

O dano, então, está na ausência de uma discussão mais organizada e sistemática no jornalismo, que ainda se encontra passivo e instrumental, incapaz nos dias atuais de promover circulação de sentidos na sociedade e interação com o público e que leva em conta uma comunicação humana que se situa no centro da vida das pessoas. A passividade do emissor e a comunicação encarada de modo técnico e instrumental afastam os públicos da grande imprensa que começa cada vez mais a povoar os blogs de jornalistas e as redes sociais de discussões pertinentes à vida. Mais ainda: esse jornalista que só anuncia as injustiças das minorias sociais, sem no mínimo ser parcial às causas justas na sociedade, exclui aos poucos os grupos minoritários da posse do direito de receber e produzir informações importantes que tenham visibilidade social, modifiquem sua situação social e reparem o seu dano.

O não reconhecimento desses aspectos lesa de maneira implícita o autorrespeito do sujeito, pois lhe retira a possibilidade de atribuir um valor social às suas próprias capacidades, subtraindo o que Honneth (2003) chama de “assentimento social” dos sujeitos a uma forma de autorrealização em seus espaços de convívio. O suposto conhecimento de sujeitos afetados difundido pelo jornalismo esconde um rebaixamento das experiências afetivas dessas minorias, como, por exemplo, o sentimento dos deficientes auditivos excluídos do

cotidiano da escola pública, a humilhação dos negros pobres no Brasil, vítimas duplamente de preconceito racial e exclusão social, o dano psíquico e emocional dos pais que perderam os filhos, vítimas de motoristas imprudentes no trânsito, as marcas morais e físicas das agressões explicitamente homofóbicas etc. Um comportamento lesivo se instala na falta da visibilidade sistemática nas mídias que modifique de alguma maneira a realidade dessas pessoas. O *dano*, portanto, está na negação sutil do direito à autonomia de expressão adquirida, intrínseca à condição social e psíquica das pessoas. Se depender das grandes redes de mídia, que têm concessão pública para suas emissoras de rádio e televisão, esse canal ou espaço de expressão das minorias será sempre ofuscado pela estética dos investimentos narrativos à venda: notícias sobre a intimidade das celebridades do momento, sobre curiosidades banais em saúde e beleza, questões importantes esvaziadas na própria matéria etc.

Por outro lado, Honneth (2003) está correto em pensar que a iniciativa parte das pessoas que sofreram o dano. Nos fóruns locais, sob apoio de ONGs, sindicatos e associações, esses grupos de sujeitos necessitam dos *advocacys*⁵ para chegarem a uma autorrealização em suas vidas. O processo deve começar na discussão presencial, buscando trazer o sujeito a um aprendizado sobre seu dano a partir da perspectiva normativa de seus parceiros na interação. As mídias auxiliam no sentido de inserir uma intersubjetividade na estrutura das interações com a sociedade, ressaltando e expondo as expectativas de reconhecimento associadas à integridade psíquica dos sujeitos. “Esses sentimentos de injustiça [no pré-político] podem levar a ações coletivas [no político], na medida em que são experienciadas por um círculo inteiro de sujeitos como típicos da própria situação social” (HONNETH, 2003, p.260).

Do pré-político ao político, o microsistema de pequenos *media* integrados auxilia na construção de uma ponte semântica com a sociedade, capaz de tornar visível a expectativa afetiva e normativa dos grupos minoritários. Essa ponte semântica atua no hiperlocal, no cotidiano dos sujeitos afetados, montando esse quadro de interpretação intersubjetiva do desrespeito que permite visualizar as experiências não somente no que afeta o sujeito isolado, mas também aquilo que também afeta os outros do grupo: não estou isolado no meu sentimento de indignação, mas posso compartilhá-lo com outros na microrrede de pequenos *media*.

4. O JORNALISMO CÍVICO E OS DOIS CICLOS DE DISCUSSÕES: O PRÉ-POLÍTICO E O POLÍTICO

Autores norte-americanos já discutem a possibilidade das mídias em causar en-

5 Um grupo de *advocacy* se caracteriza por aquele que apoia o direito das pessoas que sofreram algum dano na sociedade ou alguma causa justa. São grupos que promovem o direito ainda por adquirir ou já adquirido por pessoas em condição de vulnerabilidade psíquica ou social que sofreram ou correm risco de sofrer algum dano.

gajamento social e debatem sobre espaços pré-políticos influenciando espaços políticos. Hendriks (2006), em seu artigo “Integrated deliberation: reconciling civil society’s dual role in deliberative democracy” [Deliberação integrada: o duplo papel da sociedade na democracia deliberativa], explica que existem duas correntes na teoria deliberativa com ideias diferentes sobre como os grupos sociais devem se relacionar com o Estado e se eles devem assumir um papel comunicativo ou estratégico na política deliberativa. Os *microteóricos deliberativos* sugerem que os atores da sociedade civil se envolvam na política na medida em que eles são dispostos e capazes de participar de fóruns deliberativos estruturados. Neste sentido, a sociedade civil é chamada a assumir formas comunicativas de ação.

Para Hendriks, no entanto, importa um sistema mais integrado com uma sobreposição discursiva das duas esferas – o sistema estruturado governamental com o sistema aberto de conversação das pessoas no espaço público – para atrair diferentes atores da sociedade civil: “A mistura de esferas discursivas é um componente crucial dessa proposta, porque eles encorajam diversos atores a se reunirem e promoverem conversas públicas macro e micro” [tradução nossa] (HENDRIKS, 2006, p.3). A autora aposta em um sistema deliberativo que identifique a resposta nas interpretações dos atores sobre os conceitos específicos que estão em jogo. Muito da falta de comunicação e do desentendimento se dá por conta dessas compreensões enviesadas sobre conceitos e ideias de uma proposta, que geram diferentes interpretações e usos.

A proposta de um sistema deliberativo que regule as duas esferas e permita identificar a resposta dos atores sobre assuntos importantes em jogo é confirmada por Neblo (2005), que, na primeira parte do artigo “Thinking through democracy: between the theory and practice of deliberative politics” [Pensando pela democracia: entre a teoria e a prática do deliberativo] advoga pela defesa dos principais teóricos deliberativos sobre a ideia da deliberação como um sistema, pois “reconhecem que os sujeitos não conduzem nossa política ideal à discussão de uma situação” [tradução nossa] (NEBLO, 2005, p.3).

Mas é Goodin (2005) que explica melhor sobre a tarefa de dividir as atividades de deliberação dentro de um sistema que permita saber o que o outro quer dizer com suas afirmativas. Goodin parte do princípio da “boa prática deliberativa” quando a pessoa diz o que realmente acredita ser verdade em uma relação estabelecida a partir das conversações no dissenso em um tipo especial de encontro, com objetivo de resolução conjunta de problema específico.

Observamos, com base nesses autores, a possibilidade de um sistema de sequenciamento dos dois momentos: *pré-políticos*, a partir do dissenso em conversações motivadas pelo microsistema de media local; e *políticos*, via processos formais de deliberação. O primeiro alimenta o segundo, decompondo em partes as questões que envolvem os problemas dos grupos minoritários, permitindo fomentar um quadro pré-político da situação que influencie a pauta de discussões nas instâncias de deliberação política e sua sequência lógica. Isso seria encarado como um *micros-sistema*, pois, como diz Neblo (2005), as pessoas, de um modo

geral, não conseguem conduzir uma política de maneira ideal, necessitando de suportes sistemáticos de conversação que criem as condições necessárias rumo a esse ideal de política democrática.

5. A RELAÇÃO COMUNICATIVA DO JORNALISTA COM O PÚBLICO NA MICRORREDE DE PEQUENOS MEDIA

Diferentemente da teoria da ação política no jornalismo, o aspecto cívico na imprensa se faz e se refaz através da teoria interacionista. Voltando um pouco às teorias do jornalismo, Traquina (2005) explica que as notícias, na perspectiva da interação, são o resultado inacabado de um processo comunicativo dinâmico, em que diversos agentes sociais, promotores da notícia, *news assemblers* e diferentes públicos consumidores de informação “exercem um papel ativo no processo de negociação constante” (TRAQUINA, 2005, p. 184), fazendo surgir notícia de qualquer parte, e a qualquer momento trazendo informações relevantes à sociedade.

A microrrede permite uma socialidade do jornalista com o público específico apenas se o jornalista for consciente de sua *performance* ativa como mediador das informações e organizador das discussões, diferentemente de um jornalista passivo que apenas observa o que faz sofrer o seu público. Trata-se da interação com a sua comunidade estética, aquela dos sentimentos e afetos envolvidos na relação. Essa seria a comunidade da partilha dos sentidos e da “humanidade compartilhada”, aqueles afetos que fazem o jornalista reconhecer como próximo dos seus sentimentos em relação à sua comunidade de seguidores (o público), em função dos valores envolvidos na relação cotidiana pelas mídias. Não cabe nesse texto adentrar o conceito de sociabilidade – algo já feito com maestria por outros pesquisadores sociais – todavia sem querer reduzir a discussão das “interações sociais”, tem-se o ponto de partida pelo qual observo as interações.

Para Simmel, a pluralidade da interação é o que realmente existe e constitui o processo social básico. Para ele, “Sociedade” seria apenas o nome dado para vários indivíduos ligados pela interação, em um movimento contínuo e dinâmico entre aproximações, separações, consensos e conflitos, competição, dominação e subordinação que objetiva um “vir-a-ser”. Falar de sociabilidade como interação é adentrar um terreno com regras específicas, onde não se fala dos adjetivos e nem dos traços íntimos dos interlocutores, muito menos dos propósitos pessoais, pois a sociabilidade deve ter um princípio formativo e central mais amplo (MORAIS FILHO, 1983). Na conversação, os sujeitos na comunicação conversam sobre algo que desejam comunicar/compartilhar ou sobre o qual desejam aprender; na sociabilidade, as pessoas querem estar juntas para “jogar conversa fora”, pois o assunto não importa, ele é apenas um meio para se chegar ao outro. Neste sentido, podemos dizer que as interações midiáticas promovem tanto conversação quanto sociabilidade (ou socialidade, como prefere Michel Maffesoli).

○ conceito de socialidade marca as análises comunicacionais e socio-

culturais na contemporaneidade e se articula de modo inevitável com a ética e a política. O tema vem despertando interesse nos pesquisadores da comunicação e do jornalismo desde os anos de 1990:

O avanço vertiginoso da tecnologia de comunicação, a presença avassaladora da civilização da imagem, assim como mudanças intrigantes no panorama social significam não apenas alterações profundas na esfera da realidade, mas vêm provocando igualmente uma revolução na nossa maneira de pensar e nos nossos esquemas interpretativos (FRANÇA, 1995, p.55).

É no alinhamento entre a prática do jornalista ativo nos pequenos meios de comunicação com a configuração das relações sociais dos sujeitos que sofrem a ação do dano onde se explicita algo entre a comunicação do sensível e a socialidade. Nessa perspectiva, o rádio de bairro, o jornal regional, as emissoras públicas e universitárias não são meros instrumentos definidores de relações sociais já predefinidas, mas sim instauradores de outra socialidade proporcionada por novas linguagens, por novas práticas dos meios, por uma nova postura do jornalista, pelo novo cenário de reordenamento de espaços que embaça os limites do público e do privado. Trata-se de um engajamento político dos pequenos meios de comunicação (afinal, para que ou para quem servem eles?) no sentido de ampliar menos as relações formais com o público do que a narrativa parcial em prol da justiça; estimular menos os apresentadores que não interagem com seu público afetado e as notícias “queixo-duro” sem indignação do repórter do que a sociabilidade das interações receptor-*media* que marca o cotidiano dos sujeitos em busca de justiça, colaborando com a fundação de outras dinâmicas sociais. Nas novas experiências midiáticas, surge a presença viva de atores e interlocutores que atuam e reagem, performando uma linguagem que instaura uma atmosfera simbólica e marca a especificidade da relação comunicativa frente a outras formas de relação, tudo isso nas batidas vivas do pulso da vida social (FRANÇA, 1995).

Nessa perspectiva, entendo a socialidade do jornalista com os sujeitos que sofrem a ação do dano na sociedade como uma característica do jornalismo cívico que surge dentro de uma nova relação. Não aquela velha relação do jornalista que se elege político, atuando durante todo o seu mandato ao mesmo tempo como apresentador na rádio e como vereador na Câmara⁶. Muito além de usar os pequenos veículos de comunicação da microrrede como palanque político, para destilar adjetivos negativos contra a oposição ou, como nas velhas políticas, exercer poder regional para interesses privados, a microrrede deve

6 Projeto de pesquisa registrado na UFMG e ainda em curso, orientado pela pesquisadora Vera Regina Veiga França, já apresentou essa possibilidade de estudo da dupla visada performática do homem entre a sua *performance* como apresentador de programa popularesco na tevê local e a sua *performance* como político em discurso no legislativo (em frente às câmeras de outro programa televisivo que exhibe os trabalhos do legislativo). Essa figura estaria se tornando comum em vários pequenos municípios do país.

contar com instituições e jornalistas engajados na causa justa, praticantes de um jornalismo cívico (não um “jornalismo panfletário”).

Penso no quanto a existência dos pequenos meios integrados e suas ações pela conversação midiática em defesa das causas justas são fundamentais à própria vida de homens e mulheres em sociedade. Lendo mais uma vez Hannah Arendt - seu texto escrito nos anos de 1950 continua muito atual - observa-se a importância do jornalismo ativo em fazer com que cada indivíduo apareça uns aos outros dando *visibilidade* aos problemas que lhe constituem o espaço público, ampliando a partilha dos sentidos que já existe na experiência de troca das emoções e justificações das pessoas. O espaço pré-político midiático colabora com a constituição e ampliação para o espaço público dos sentidos de uma comunidade de experiências, capaz de influenciar o espaço político presencial de *deliberação*. E o político está no espaço público que é o oxigênio da *organização política*, lugar da vida que só existe quando os homens e mulheres se encontram na fala e na ação. Como diz Arendt, tanto o espaço público quanto a vida humana desaparecem com a dispersão das pessoas e com o fim de suas próprias ações.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresento aqui alguns estudos e perspectivas sobre os processos comunicativos e as práticas sociais envolvendo os jornalistas que me permitem apontar a importância social do *civic journalism* e dos jornalistas ativos e engajados no reconhecimento dos direitos das pessoas que sofreram dano na sociedade. Importam o ativismo do jornalismo cívico no hiperlocal e sua sobrevivência através dos pequenos meios de comunicação, integrados às causas justas das minorias. Desta maneira, essa microrrede permite contribuir, na condição de espaço pré-político, influenciando e alimentando com experiências afetivas das pessoas a pauta de discussões políticas em instâncias de deliberação local.

Nesse sentido, torna-se fundamental nas universidades a formação de um jornalista ativo e comprometido com causas justas e públicas. Pois, como vimos, o assunto é complexo e necessita do atravessamento de outras áreas científicas necessárias à formação desse jornalista ativo, competência que ao meu ver só pode ser adquirida por meio das discussões em nível de excelência dentro das Universidades, onde o estudante pode ter acesso às diversas disciplinas e variados debates que atravessam o assunto – democracia, estética e política, mídia e deliberação no espaço público, reconhecimento cognitivo e outros além dos conhecimentos sobre códigos jornalísticos e linguagens midiáticas.

Na sala de aula dos cursos de jornalismo, podem ser testados alguns formatos experimentais para o rádio e para a internet que colaborem na construção dessa ponte semântica entre produtores de notícia, minorias e a sociedade por meio de conversações midiáticas. A articulação entre jornalismo e radiodramas educativos, pílulas de informação, debates ao vivo, fóruns virtuais, redes sociais, espaços multimídia, entrevistas especiais e a interrelação desses formatos podem proporcionar entretenimento com educação para essas questões. A conversação

mediática se favorece na medida da associação da internet ou do celular com o rádio, por exemplo, pois a conversação deve ser midiática (circular através de múltiplas mídias) e favorecer a ampliação da discussão e a expressão dos públicos, bem como a difusão do problema e a troca das experiências afetivas.

Reconheço que a microrrede pode ser usada pela dominação do outro pelo grupo de *advocacy*, na medida em que legitimam certas operações de poder. Esse fato não deslegitima o processo comunicativo como luta cognitiva por reconhecimento, pois a sociedade ainda precisa de *advocacies* capazes de interlocução como representantes das categorias sociais em busca de justiça. Não se pode esperar que todos aqueles que sofrem o dano cheguem juntos na condição de interlocutores na sociedade, pois mesmo a ideia do desrespeito em si pode não ser percebida como injustiça por parte das pessoas. Faz-se necessário um interlocutor esclarecido – no caso, proponho o jornalista ativo – para esse processo de *aprendizagem social* sobre o funcionamento da sociedade, capaz de trazer o sujeito a uma compreensão dos seus direitos pela sua autorrealização positiva. Nesse sentido, o jornalista ativo pode auxiliar na emergência dos sentidos diversos do dano, sem deixar os sujeitos de acostumarem com a exploração, a humilhação e o desrespeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDT, H. *The human condition*. Chicago: University of Chicago Press, 1958.
- CHAMBERS, S. Behind closed doors: publicity, secrecy and quality of deliberation. *The Journal of Political Philosophy*, Camberra/Austrália, v.12, n.4, p. 389-410, 2004.
- FRANÇA, V.R.V. Sociabilidade: implicações do conceito no estudo da comunicação. In: BRAGA, J.L.; FAUSTO NETO, A.; PORTO, S.D. *A encenação dos sentidos: mídia, cultura e política*. Rio de Janeiro: Diadorim/Compós, 1995, p.55-66.
- GOGGIN, G.; NEWELL, C. *Digital disability: the social construction of disability in new media*. Maryland/EUA: Rowman & Littlefield, 2003.
- GOODIN, R.E. Sequencing deliberative moments. Palgrave Macmillan: *Acta Politica*, v. 4, n.2, July 2005, p.182-196.
- HENDRIKS, C. Integrated deliberation: reconciling civil society's dual role in deliberative democracy. *Political studies*, v.54, p.486-508, 2006.
- HONNETH, A. *A luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Edições 34, 2003.
- LANGMAN, L. From virtual public spheres to global justice: a critical theory of internetworked social movements. *Sociological Theory*, Washington, DC, v. 23, n. 1, pp. 42-74, 2005.
- MAIA, R.C.M. (Coord.). *Mídia e deliberação*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2008.
- MAFFESOLI, M. *A contemplação do mundo*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.
- MANSBRIDGE, J. Everyday talk in deliberative system. In: MACEDO, S. (Ed.).

- Deliberative politics: essays on democracy and disagreement.* Oxford: Oxford University Press, 1999, p.211-243.
- MORAIS FILHO, E. de. Simmel. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983 (Coleção Grandes Cientistas Sociais, v.34), 1983, 192p.
- NEBLO, M. Thinking through democracy: between the theory and practice of deliberative politics. Palgrave Macmillan: *Acta Politica*, v. 4, n.2, July 2005, p.169-181.
- PAPERMAN, P. Les émotions et l'espace public. *Quaderni*, n.18, Automne, 1992.
- PALCZEWSKI, C. H. Cyber-movements, new social movements, and counter-publics. In: ASEN, R.; BROUWER, D. C. (Orgs.) *Counterpublics and the state*. New York: State University of New York Press, 2001.
- TRAQUINA, N. *Teorias do Jornalismo*. v. I, 2ª ed. Florianópolis/SC: Insular, 2005, 224p.

Recebido em: 14/03/2012

Aceito em: 24/04/2012